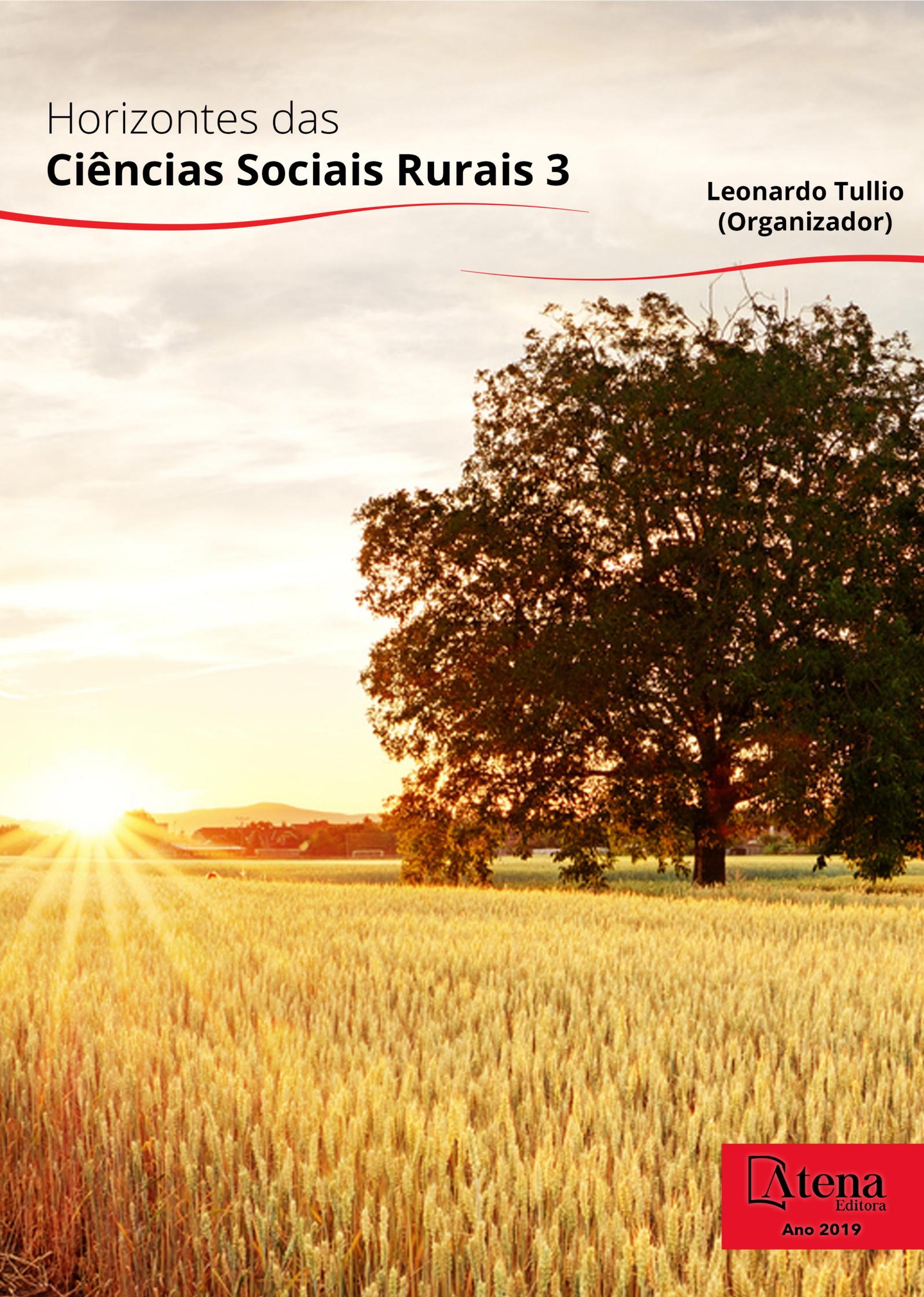


# Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 3**

**Leonardo Tullio  
(Organizador)**



**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Leonardo Tullio**

(Organizador)

# **Horizontes das Ciências Sociais Rurais**

## **3**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 3 [recurso eletrônico] /  
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-132-9

DOI 10.22533/at.ed.329191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.  
II. Série.

CDD 630.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Neste III volume, apresentamos as aplicações práticas das técnicas de extensão rural, trabalhos aplicados a resolução de problemas reais e que propõem estratégias para o sucesso no empreendimento.

Tratar sobre o agronegócio envolve vários setores, a complexidade deve ser entendida para estabelecer relações e resoluções de problemas. Os horizontes da ciência social rural são inúmeros e que juntos formam a cadeia do agronegócio, que gera oportunidade de trabalho e renda para milhares de pessoas. Discutir sobre esses horizontes, analisar e propor alternativas é o futuro sendo traçado, pois a complexidade e o avanço tecnológico que estamos passando exige conhecimento técnico avançado.

Assim, contribuimos com esse avanço quando desenvolvemos pesquisas e publicamos para que outras pessoas possam discutir e validar a proposta, sendo a disseminação de resultados a chave para a complexidade do conhecimento.

Por fim, aproveito e desejo boas leituras e olhar crítico sobre os temas a presentados neste volume, construa seu conhecimento pouco a pouco.

Leonardo Tullio

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO CLUSTER VINÍCOLA DA FRONTEIRA OESTE/RS ATRAVÉS DO MODELO TEÓRICO ZACCARELLI ET AL (2008)	
<i>Matheus de Mello Barcellos</i>	
<i>Katiane Rossi Haselein Knoll</i>	
<i>Paulo Cassanego Jr</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	
<i>Mygre Lopes da Silva</i>	
<i>Rodrigo Abbade da Silva</i>	
<i>Bruno Pereira Conte</i>	
<i>Nadine Gerhardt Lermen</i>	
<i>Daniel Arruda Coronel</i>	
<i>Reisoli Bender Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E VENEZUELA DE 1998-2013	
<i>Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues</i>	
<i>Ariana Cericatto da Silva</i>	
<i>Priscila Marçal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ-AC	
<i>Emerson Luiz Curvêlo Machado</i>	
<i>Raimundo Claudio Gomes Maciel</i>	
<i>Pedro Gilberto Cavalcante Filho</i>	
<i>Reginaldo Silva Mariano</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>65</b>
ESTIMATIVA DAS EMISÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DA PECUÁRIA LEITERIA DA REGIÃO DO CONDEPRO/RS	
<i>Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>83</b>
ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ	
<i>Uellington Corrêa</i>	
<i>Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro</i>	
<i>Érik Campos Dominik</i>	
<i>Gideon Carvalho de Benedicto</i>	
<i>Bryan William Alvarenga Corrêa</i>	
<i>Israel Marques da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3291918026</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 101**

ESTUDO DOS CUSTOS E RECEITAS DE LABORATÓRIOS DE PRODUÇÃO E PRÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

*Uellington Corrêa*  
*Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro*  
*Gideon Carvalho de Benedicto*  
*Francisval de Melo Carvalho*  
*Renato Silvério Campos*  
*Bryan William Alvarenga Corrêa*

**DOI 10.22533/at.ed.3291918027**

**CAPÍTULO 8 ..... 113**

ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE LEITEIRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

*Uellington Corrêa*  
*Marcos Aurélio Lopes*  
*Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro*  
*Gideon Carvalho de Benedicto*  
*Israel Marques da Silva*  
*Bryan William Alvarenga Corrêa*

**DOI 10.22533/at.ed.3291918028**

**CAPÍTULO 9 ..... 130**

ANÁLISE DE CAUSALIDADE DE PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL DA SOJA: O CASO DO BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS

*Bruna Márcia Machado Moraes*  
*Reisoli Bender Filho*  
*Kelmara Mendes Vieira*  
*Paulo Sérgio Ceretta*

**DOI 10.22533/at.ed.3291918029**

**CAPÍTULO 10 ..... 145**

A INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA*

*Bruna Márcia Machado Moraes*  
*Reisoli Bender Filho*  
*Daniel Arruda Coronel*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180210**

**CAPÍTULO 11 ..... 161**

ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O IMPACTO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA REGIÃO DE PARANAÍ – PR

*Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera*  
*Ednaldo Michellon*  
*Alexandre Florindo Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180211**

**CAPÍTULO 12 ..... 178**

ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇOS DA CARNE DE FRANGO NO MERCADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Uellington Corrêa*  
*Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro*  
*Francisval de Melo Carvalho*  
*Gideon Carvalho de Benedicto*  
*Euler de Assis Corrêa*  
*Bryan William Alvarenga Corrêa*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180212**

**CAPÍTULO 13 ..... 192**

CAUSALIDADE E ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇO DE SUÍNOS EM TERMINAÇÃO ENTRE MERCADOS BRASILEIROS

*Uellington Corrêa*  
*Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro*  
*José Willer do Prado*  
*Bryan William Alvarenga Corrêa*  
*Euler de Assis Corrêa*  
*Gideon Carvalho de Benedicto*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180213**

**CAPÍTULO 14 ..... 209**

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ NA VISÃO DOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE LITORÂNEA

*Maria de Jesus Gomes de Lima*  
*José Newton Pires Reis*  
*Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima*  
*Edvania Gomes de Assis*  
*Francisco Pereira da Silva Filho*  
*James José de Brito Sousa*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180214**

**CAPÍTULO 15 ..... 226**

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL: 2013 A 2016

*Lidiane Kasper*  
*Dionéia Dalcin*  
*Carlos Thomé*  
*Juliana Strieder Kern*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180215**

**CAPÍTULO 16 ..... 242**

SAZONALIDADE DOS PREÇOS: UMA ANÁLISE DA BANANA DE SEQUEIRO, DA CANA DE AÇÚCAR E DO MILHO NAS MICRORREGIÕES DO CEARÁ

*Gerlânia Maria Rocha Sousa*  
*Meire Eugênia Duarte*  
*José Wandemberg Rodrigues Almeida*  
*Fábio Lúcio Rodrigues*  
*Railson Alexandrino dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.32919180216**

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>259</b>
ANÁLISE DE GÊNERO E AUTONOMIA FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ENFOQUE NO PROGRAMA “GÊNERO E GERAÇÃO”	
<i>Renata Borges Kempf</i>	
<i>Simão Ternoski</i>	
<i>Josiane Caldas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32919180217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>277</b>
A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO NOROESTE DE MINAS: AVALIAÇÃO DO PROINF ENTRE 2003 E 2012	
<i>Clesio Marcelino de Jesus</i>	
<i>José Flores Fernandes Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32919180218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>298</b>
CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EXTRATIVO DA CARNAÚBA À LUZ DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DOS ANOS DE 2013 A 2017	
<i>José Natanael Fontenele de Carvalho</i>	
<i>Jaíra Maria Alcobaça Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32919180219</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>314</b>

## ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ NA VISÃO DOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE LITORÂNEA

### **Maria de Jesus Gomes de Lima**

Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza/  
Ceará

### **José Newton Pires Reis**

Universidade Federal do Ceará - UFC.  
Departamento de Economia Agrícola Fortaleza/  
Ceará

### **Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima**

Universidade Federal do Ceará - UFC.  
Departamento de Economia Agrícola Fortaleza/  
Ceará

### **Edvania Gomes de Assis**

Universidade Federal do Piauí – UFPI –  
Departamento de Turismo  
Parnaíba - PI

### **James José de Brito Sousa**

Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Picos-  
PI.  
Instituto de Educação Superior Raimundo Sá.  
Picos – PI

### **Francisco Pereira da Silva Filho**

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina -  
PI

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é examinar as condições de vida no Território Rural Planície Litorânea sob a ótica do produtor rural. O esforço é construir o Índice de Condições de Vida (ICV) no sentido de analisar os efeitos das políticas públicas na percepção de melhoria nas condições da vida das famílias rurais no estado do Piauí.

O enfoque proposto para desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea está baseado em três componentes: fatores, características e efeitos do desenvolvimento. Os fatores de desenvolvimento que se destacaram foram condições de moradia e área da unidade de produção, seguidas de presença de instituições e mão-de-obra familiar. Os principais indicadores que caracterizam o desenvolvimento são uso e proteção do solo, uso e proteção da vegetação nativa, renda familiar e produtividade da terra. Em relação aos efeitos do desenvolvimento, conclui-se que a permanência da família na unidade de produção é decorrente, principalmente, dos programas de transferências de renda do governo. Conforme resultados, o baixo acesso a mercados e escolaridade, ao crédito e à assistência técnica, a pequena diversificação da produção agrícola e fontes de renda, bem como participação política, social e cultural constituem importantes elementos de dificuldades ao desenvolvimento. Conclui-se que a análise do ICV indica resultados de nível Médio. Neste sentido, afirma-se que as políticas públicas adotadas no território estão surtindo efeitos na melhoria econômica nos últimos anos. Todavia, a subsistência continua sendo a tônica produtiva e o assistencialismo a tônica política. Desta feita, a pobreza diminuiu, mas aumentou a dependência governamental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento,

**ABSTRACT:** The aim of this study is to examine the living conditions from the perspective of producers in rural territory coastal plain. The effort is to develop the living conditions index (ICV) to analyze the effects of public policies in improving the conditions of life of rural families in the state of Piauí. The proposed approach to development in the rural coastal plain territory is based on three components: factors, characteristics and effects of the development. The development factors that stood out were housing conditions and area of the production unit, followed by the presence of institutions and family labor. The main indicators characterizing the development are use and protection of soil, use and protection of native vegetation, family income and land productivity. In relation to the development effects, concludes that the family stay on the farm follows, above all, of government income transfer programs. According to the results, low access to markets and education, credit and technical assistance, the little diversification of agricultural production and income sources, as well as political, social and cultural participation are important elements that hinder the development. It concludes that the analysis of icv indicates medium level results. In this sense, states that public policies adopted in the territory are having effects on economic improvement in recent years. However, subsistence continues productive significance and the welfare political significance. So, poverty decreased but i increased government dependence.

**KEYWORDS:** Development, Living Conditions, Territory, Piauí.

## 1 | INTRODUÇÃO

A região Nordeste do Brasil apresenta elevados níveis de pobreza. Nesse contexto, prevalecem condições de saúde, ambiental, educacional e econômica precárias para boa parte de sua população. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), o estado do Piauí com renda familiar “per capita” igual ou inferior a R\$ 255 mensais se destaca entre os mais pobres do País.

Ao mesmo tempo, é importante destacar a situação ainda mais desprotegida da população rural. No caso do Território Rural Planície Litorânea, os municípios objetos de estudo desta pesquisa, possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com valores muito baixos conforme dados do PNUD (2013).

Ademais, paralelo ao processo histórico desses resultados, as políticas públicas voltadas para o homem do campo passam por transformações que se desdobram em uma nova concepção de desenvolvimento onde se considera essencial à busca de soluções específicas para cada localidade, objetivando fazer do agricultor um gerador de renda, com novas estruturas e formas de implementações.

A partir dessa circunstância, a estratégia de ação proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL. MDA/SDT, 2003) para enfrentamento das desigualdades sociais no meio rural brasileiro baseia-se nos mecanismos de articulação

e concentração das ações num mesmo espaço geográfico denominado Territórios da Cidadania.

Seguindo as diretrizes do MDA, o estado do Piauí através da Secretaria de Planejamento, organizou as suas macrorregiões tendo como referência unidades territoriais, que se fundamentam em características ambientais; vocações produtivas; dinâmica e relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é examinar as condições de vida no Território Rural Planície Litorânea sob a ótica do produtor rural. Especificamente pretende-se verificar os fatores, as características e os efeitos do desenvolvimento no território rural. Ou seja, o esforço é no sentido de analisar os efeitos das políticas públicas na percepção de melhoria nas condições da vida das famílias rurais no estado do Piauí.

## **2 | A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

### **2.1 Abordagem territorial nas políticas públicas**

As políticas públicas no Brasil surgiram para promover o crescimento econômico, relativo à aceleração do processo de industrialização. Em meio a esse processo, as políticas direcionadas ao desenvolvimento rural se caracterizavam por seu caráter eminentemente setorial, destinando-se ao crescimento da produção e da produtividade agrícolas (LEITE, 2011).

No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), onde vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou em 2008, o programa Territórios da Cidadania, tendo como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania, trazendo em essência a descentralização, sendo de suma importância a integração das esferas governamentais e a participação social (BRITO, 2012).

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas ao território, têm como estratégia impulsionar o desenvolvimento sustentável através da dinamização econômica e social, possibilitando melhorias nas condições de vida do público alvo. Para diagnosticar essa mudança, o MDA/SDT usou o Índice de Condição de Vida (ICV) como um indicador sintético para o desenvolvimento territorial na escala humana. Ou seja, a proposta é fazer uma leitura da percepção dos indivíduos sobre a eficácia dos programas, podendo obter conclusões acerca do desenvolvimento dos territórios (BRASIL. MDA/SDT, 2011).

## 2.2 Desenvolvimento econômico e condições de vida

Muitos indicadores são usualmente utilizados com a finalidade de medir o desenvolvimento de determinado país ou região.

De significação inicial, contudo, é a comparação de indicadores exclusivamente econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita entre essas regiões, com o intuito de posicionar os estágios de crescimento em que se encontram essas diversas economias.

No decurso evolutivo dos conceitos, o desenvolvimento se diferencia do crescimento, na proporção de sua abrangência ampliada tanto dos elementos econômicos como os sociais, ambientais e institucionais. De maneira geral, os conceitos de desenvolvimento referem-se à forma como os frutos do crescimento são distribuídos na sociedade. Já a adjetivação de sustentabilidade considera a variável temporal dessa distribuição, onde o crescimento hodierno não pode comprometer a sociedade futura.

Inúmeros trabalhos relatam que a sociedade contemporânea incorpora o desenvolvimento em seu vocabulário com diversas conotações. De forma geral, estes termos se apropriam de significados para resumir melhorias no padrão de bem estar na vida das pessoas (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

Baseando-se na ideia desses autores, o desenvolvimento entendido neste trabalho como melhoria na Qualidade de Vida de determinada população se dá na esfera objetiva onde, a partir de dados e indicadores estatísticos, configura-se perfis socioeconômicos de determinado grupo de análise.

Já o desenvolvimento entendido como melhoria na Condição de Vida de determinada população se dá na esfera subjetiva. Indicadores subjetivos atendem à premissa de que só é possível falar em condições de vida a partir da análise da percepção individual do sujeito sobre a própria vida. Logo, esses instrumentos buscam avaliar tanto questões individuais de percepção quanto a presença de bens materiais na vida dos sujeitos, sendo que informados pelo indivíduo.

Almeida, Gutierrez e Marques (2012) afirmam que ao trabalhar com a qualidade de vida na esfera objetiva, o pesquisador está livre do juízo de valor dos indivíduos, onde essencialmente estão as cargas culturais e outros fatores que o influenciam.

Dessa forma, é possível perceber que a condição de vida é a percepção do indivíduo quanto ao seu meio, seu sentimento, sendo influenciado por critérios financeiros, educacional e até por sua crença. Independente de como esteja sua situação, em todos os sentidos, quanto maior sua crença no futuro, melhor será julgada a sua condição de vida.

Assim, nessa perspectiva, lida com inúmeros elementos do cotidiano do ser humano, considerando a percepção e expectativa subjetivas de alcançar a felicidade e a autorrealização (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

Apesar da subjetividade até então discutida, Veenhoven (2004) afirma que a

apreciação da vida depende da satisfação do indivíduo a cerca de diferentes domínios como família, trabalho, comunidade, saúde, renda, educação e outros fatores. Porém, estes irão depender das políticas públicas, da prestação de serviços públicos e da satisfação do indivíduo com estes serviços. Ou seja, para o autor, o julgamento do indivíduo quanto a sua condição de vida, também está refletido pela satisfação do que lhe é ofertada em termos de políticas públicas.

### 3 | METODOLOGIA

#### 3.3 Área de estudo

Todo o Território Rural Planície Litorânea abrange uma área de 6.194 km<sup>2</sup>, com população total no ano de 2010 de 265.422 habitantes distribuídos por onze municípios (IBGE, 2010).

A área de estudo abrange quatro municípios que fazem parte do Território da Planície Litorânea e localiza-se na zona norte do estado do Piauí: Caxingó, Parnaíba, Ilha Grande e Cocal.

#### 3.4 Fonte dos dados

Foram coletados dados primários junto às famílias rurais no período outubro a novembro de 2013, além de dados secundários obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

##### 3.4.1 Dimensionamento da amostra

Na presente pesquisa foram selecionados os dois municípios com maiores IDH (Parnaíba e Ilha Grande) e os dois municípios com menores IDH (Caxingó e Cocal), totalizando um número de 7.022 domicílios rurais segundo o IBGE (2013).

Foi trabalhada uma amostra não aleatória intencional que consiste em selecionar um subgrupo representativo de toda a população, calculado de acordo com Fonseca e Martins (1996):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Sendo:

$n$  = tamanho da amostra

$\sigma$  = nível de confiança escolhido, expresso em numero de desvio (90%, 2).

$p$  = % com o qual o fenômeno se verifica ( $p = 0,5$ )

$q$  = % complementar ( $q=0,5$ )

$N$  = tamanho da população ( $N= 7.022$ )

$e$  = erro máximo permitido (0,05)

Ainda durante a coleta dos dados primários, aplicou-se a técnica de amostragem por saturação, utilizada nos estudos de Glaser e Strauss (1967) e Maia (2010). Nesse método, interrompe-se o processamento de novas observações quando se constata que novos elementos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais percebidos a partir do campo de observação. No caso, quando se verifica poucas mudanças na observação de um agricultor para outro no conteúdo das informações colhidas.

De acordo com a Equação 1 e considerando a população de 7.022 famílias, encontrou-se um tamanho amostral de aplicação de 365 questionários. Repetições foram percebidas nas respostas entre 80<sup>o</sup> e 90<sup>o</sup> agricultor entrevistado. Diante disso, decidiu-se incluir uma margem de segurança no critério de saturação e interromper as aplicações do questionário apenas no 186<sup>o</sup> domicílio, após verificar-se que as respostas, de forma geral, eram repetitivas.

### 3.5 Métodos de análise

O cálculo multidimensional do Índice de Condição de Vida (ICV) é pautado na concepção teórica de Sen (2000) e metodológica de Kageyama (2008), qual seja, um processo baseado em três instâncias relacionadas que se propõem em avaliar a liberdade de escolha dos indivíduos, de realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis. Nesse sentido, na Figura 1, a primeira instância se refere aos fatores condicionantes do desenvolvimento rural, na qual se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento, ligadas aos meios, condições ou recursos para se atingir determinados fins. A segunda instância busca identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento e representa as características do desenvolvimento rural, e está relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins. Por fim, a terceira instância, corresponde aos efeitos do desenvolvimento rural, qual sejam os efeitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais ligados às realizações das pessoas e famílias.

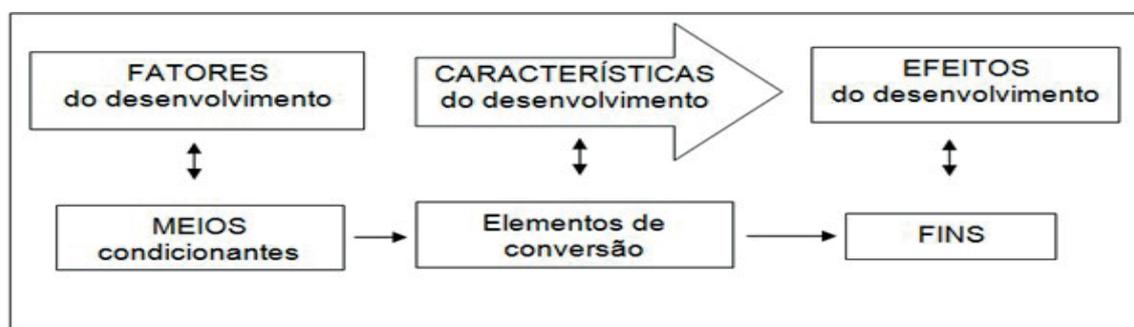


Figura 1 – Relação entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento rural.

Fonte: Elaborado a partir de Sen (2000).

Na determinação do ICV, cada uma das três instâncias é composta por oito indicadores conforme Quadro 1.

Instâncias	Indicadores
Fatores do desenvolvimento	1. Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade: quantidade e características.
	2. Área da unidade de produção familiar
	3. Escolaridade
	4. Condições da moradia
	5. Acesso a mercados
	6. Acesso a programas governamentais (Pronaf, bolsa-família).
	7. Acesso a: crédito e Assistência técnica
	8. Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural.
Características do desenvolvimento	9. Renda familiar.
	10. Produtividade do trabalho.
	11. Produtividade da terra.
	12. Diversificação da produção agrícola.
	13. Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar.
	14. Uso e proteção dos recursos naturais: água.
	15. Uso e proteção dos recursos naturais: solo.
	16. Uso e proteção dos recursos naturais: vegetação nativa.
Efeitos do desenvolvimento	17. Estar bem alimentado / nutrido.
	18. Ter boa saúde.
	19. Permanência dos membros da família da unidade de produção.
	20. Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família.
	21. Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade.
	22. Participação social (cooperativas associações).
	23. Participação política (eleições, conselhos, assembleias).
	24. Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades).

Quadro 1 – Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural.

Fonte: BRASIL. MDA/SDT, 2011.

possuem produção. Logo, o ICV é obtido nas situações sem produção e com produção.

Os domicílios sem produção não tem elementos para informar sobre os indicadores das instâncias 1 e 2. Por isso, o ICV só incluirá os dados da instância 3. Para os casos com produção, o ICV é calculado conforme sua concepção original, considerando as três instâncias.

Cada quesito do questionário aplicado é registrado em uma escala de 1 a 5 conforme Quadro 2. Portanto, não se vai perguntar o valor da renda familiar, mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada. Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico, é indagado se, para ele, a produtividade da área está boa. As respostas são claramente subjetivas, mas expressam as percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõe o ICV. O que importa é o ponto de vista dos entrevistados e a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados.

Atributo do Indicador	Escore equivalente
Péssimo	1
Ruim	2
Regular	3
Boa	4
Ótimo	5

Quadro 2 – Escores atribuídos aos indicadores de desenvolvimento, segundo a avaliação dos domicílios pesquisados.

Fonte: BRASIL. MDA/SDT, 2011.

Para obter o ICV seguem-se três passos nos quais são utilizados os dados dos questionários aplicados.

Passo 1 – média aritmética da cada indicador ( $m_i$ ), em cada instância:

$$m_i = \frac{\sum_{j=1}^k E_{ij}}{n} \quad (2)$$

Onde:  $i$  = indicadores que compõe a  $w$ -ésima instância ( $i = 1, \dots, k$ ); Instância 1:  $i = 1, \dots, 8$ ; Instância 2:  $i = 9, \dots, 16$ ; Instância 3:  $i = 17, \dots, 24$ ;  $k$  = números de indicadores que compõem a  $w$ -ésima instância;  $E_{ij}$  = Escore atribuído pela  $j$ -ésima família entrevistada, ao  $i$ -ésimo indicador da  $w$ -ésima instância;  $j$  = famílias entrevistada ( $j = 1, \dots, n$ );  $n$  = número de famílias entrevistadas.

No caso dos indicadores 1 e 7, foram utilizadas duas questões para medi-los. Assim, foram calculadas as médias de cada subitem e o resultado para o indicador é a média dos dois subitens.

Passo 2: média aritmética dos oito indicadores de cada instância ( $d_w$ ):

$$d_w = \frac{\sum_{i=1}^k m_i}{k} \quad (3)$$

Onde:  $d_w$  = média aritmética dos escores recebidos pelos indicadores componentes da  $w$ -ésima instância;  $w$  = instância analisada ( $w = 1, 2, 3$ ).

Passo 3: média harmônica das instâncias (ICV):

$$ICV = \frac{3}{\frac{1}{d_1} + \frac{1}{d_2} + \frac{1}{d_3}} \quad (4)$$

Onde:  $ICV$  = índice de condição de vida;  $d1$  = média dos indicadores da instância 1;  $d2$  = média dos indicadores da instância 2;  $d3$  = média dos indicadores da instância 3.

As médias dos indicadores e o ICV são representados em gráficos do tipo biograma (RÉ; SCHNEIDER; RAMBO, 2012).

Vale mencionar que, para o cálculo do ICV, os escores atribuídos aos indicadores de cada dimensão foram reescalados (padronizados) e alcançaram valores entre 0 e 1, de modo a possibilitar a construção do índice (WAQUIL, 2012). Esse reescalamento, ou seja, essa padronização é feita conforme Cunha *et al* (2008), a partir da expressão:

$$I_{pij} = \frac{I_{ji} - I_{jr}}{I_{jm} - I_{jr}} \quad (5)$$

Sendo: = Valor padronizado do indicador  $i$  para a  $j$ -ésima família entrevistada;  
 $I_{ji}$  = Valor do escore atribuído ao indicador  $i$  para a  $j$ -ésima família entrevistada;  
 $I_{jr}$  = Valor do escore atribuído ao indicador  $i$ , correspondente à pior situação observada entre  $n$  famílias entrevistadas;  $I_{jm}$  = Valor do escore atribuído ao indicador  $i$ , correspondente à melhor situação observada entre  $n$  famílias entrevistadas.

Então, o ICV recebe uma escala de valores apresentados no Quadro 3, sendo que, quanto mais próximo de 1 melhor o nível de condição de vida que o indivíduo apresenta. Dentro desses limites, segundo MDA (2011) foram estabelecidos os seguintes critérios.

Intervalo	Classificação
0,00 – 0,20	Baixo
0,20 – 0,40	Médio Baixo
0,40 – 0,60	Médio
0,60 – 0,80	Médio Alto
0,80 – 1,00	Alto

Quadro 3 - Legenda dos valores padronizados do ICV.

Fonte: BRASIL. MDA/SDT, 2011.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Fatores do desenvolvimento rural

Os principais fatores que condicionam o desenvolvimento rural no Território Rural Planície Litorânea estão apresentados na Tabela 1.

Com base nos resultados, as variáveis condições de moradia e área da unidade de

produção, seguidas de presença de instituições (atuação de associações, cooperativas, sindicatos, grupos de troca de experiências e movimentos sociais) e mão-de-obra familiar foram os fatores que mais se destacaram. Uma conclusão importante desta pesquisa é que as estruturas agrárias – no que tange aos instrumentos de titulação da propriedade rural e sua forma de organização – representam os fatores mais significativos para o desenvolvimento do ponto de vista do agricultor.

Indicador	Contribuição
Condições de moradia	15,32
Área da unidade de produção	15,12
Presença de instituições	14,36
Mão-de-obra familiar	13,10
Acesso a programas governamentais	12,72
Acesso a mercados	11,33
Escolaridade	7,56
Acesso a crédito e assistência técnica	7,56

Tabela 1– Fatores do desenvolvimento: contribuição (%) de cada indicador para o Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

O modelo de propriedade familiar tem como aspiração possibilitar essa dupla finalidade, onde a produção se beneficia mais com o cuidado pessoal e contando com um sistema de apoio institucional a unidade familiar aumenta sua capacidade competitiva.

É importante destacar que essas instituições quando direcionam seu papel para atuar em prol da comunidade trazem uma contribuição bastante favorável ao meio rural, pois trazem consigo estratégias que catalisam sinergias. Contudo, a obrigatoriedade de cadastros para recebimento de aposentadorias e alguns benefícios vinculados a associações e/ou sindicatos conduzem a práticas de caráter meramente “politiqueiro”, ou seja, instituições atuando em favor de candidatos a cargos políticos ou mesmos já eleitos.

É oportuno o registro de que o acesso a programas governamentais bem como acesso a mercados e escolaridade alcançaram resultados discretos. Na verdade, apesar da maioria da população estar coberta por benefícios como bolsa família, auxílio pesca, auxílio safra, aposentadorias etc, estes resultados sinalizam um alto nível de insatisfação quanto aos serviços disponibilizados.

Os dados levantados referentes à educação no Território Rural Planície Litorânea revelam que 50% da população com idade acima de 15 anos continua analfabeta e apenas 6,5% dos adultos completaram o ensino fundamental. Uma parcela acima de 80% das crianças e adolescentes está matriculada regularmente nas escolas, estimulada pela exigência para acesso ao programa “bolsa família” do governo federal.

Este é um fenômeno perturbador, pois se por um lado o programa “bolsa família” traz consigo o compromisso dos pais manterem os filhos na escola a partir do acompanhamento da frequência escolar. Por outro lado, ainda é muito alta a proporção de alunos que progridem de forma lenta ou que abandonam os estudos, onde um total de aproximadamente 20% das crianças e adolescentes ainda não frequenta regularmente uma escola, número considerado exorbitante, dado que a ONU - Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu em 2000 os oito objetivos do milênio que na área educacional é de garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico.

Outra grande dificuldade como elemento de desenvolvimento nesta instância é o baixo acesso ao crédito e à assistência técnica (Figura 2). Costa e Costa (2011) defendem que é incontestável o valor da Extensão Rural como instrumento de desenvolvimento sustentável das comunidades por meio de processos educativos, que contribuam para a mudança do padrão tecnológico considerado tradicional para um modelo que incorpore novos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior produtividade, bem como um acréscimo na renda agrícola, resultando na melhoria das condições de vida da população rural.

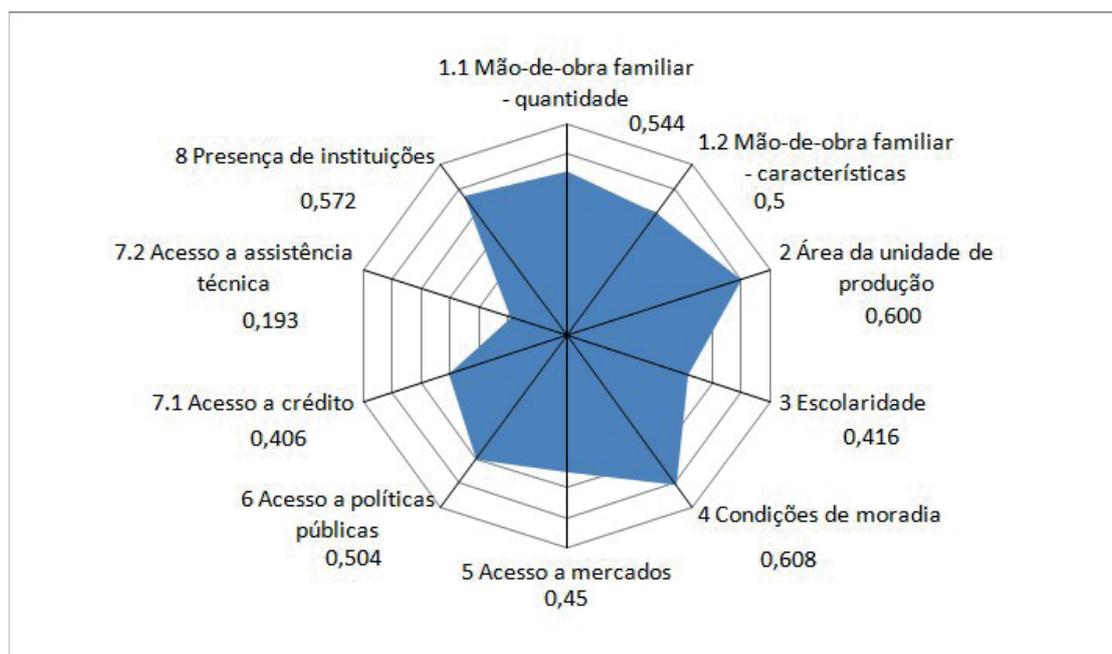


Figura 2: Fatores do desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

Ao justificarem suas respostas quanto à questão da assistência técnica muitos entrevistados disseram – “*nunca vi essas coisas por essas bandas*”.

A escassez de um quadro permanente de técnicos agrícolas, seja nas prefeituras locais, seja no âmbito do Estado, faz o agricultor trabalhar sozinho na sua produção sem nenhum tipo de apoio técnico, comprometendo a produtividade.

## 4.2 Características do desenvolvimento rural

De acordo com a Tabela 2, os principais indicadores que caracterizam o desenvolvimento rural no Território Rural Planície Litorânea são uso e proteção do solo, uso e proteção da vegetação nativa, renda familiar e produtividade da terra.

Indicador	Contribuição
Uso e proteção do solo	17,7
Uso e proteção da vegetação nativa	17,1
Renda familiar	14,5
Produtividade da terra	14,2
Produtividade do trabalho	12,6
Uso e proteção da água	9,8
Diversificação da produção agrícola	7,1
Diversificação das fontes de renda	7,0

Tabela 2– Características do desenvolvimento: contribuição (%) de cada indicador para o Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

A destinação de recursos financeiros via aposentadoria ou pensão e transferências governamentais entre as regiões brasileiras é em maior quantidade para a região Nordeste. O destaque para a renda familiar como característica do desenvolvimento vem acompanhado de alto nível de insatisfação registrado nos serviços disponibilizados, o que pode indicar que apesar do montante de recursos destinados, eles ainda não são em quantidade suficiente para atender as demandas das famílias.

A elevação do nível de renda é um fenômeno fundamental para diminuir a pobreza absoluta das famílias rurais. Contudo, no caso da zona rural do Território Planície Litorânea, há necessidade de aumentar a diversificação das fontes de renda e produção agrícola, que são problemas endêmicos que há muito carecem de solução (Figura 3).

Conforme dados da pesquisa, somente 14,5% da renda vêm da produção primária (agricultura, pecuária, pesca e extrativismo), ao passo que 85,5% da renda são provenientes de outros serviços como transferências, empregos, artesanato e arrendamento de terras. Portanto, a produção primária ocorre de maneira bem tímida, e muitas vezes, as famílias que recebem renda oriunda dessas áreas trabalham para terceiros ou produzem milho, feijão e raramente arroz e mandioca apenas para subsistência.

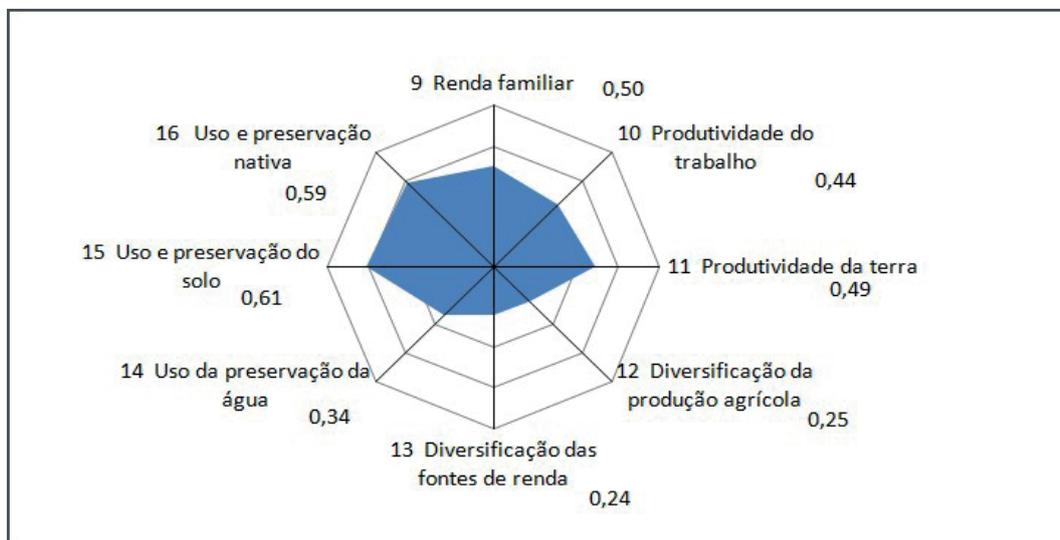


Figura 3: Características do desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

Ao se considerar que a diversificação da produção é um elemento de conversão, fica visível a importância da política de extensão rural para o desenvolvimento do território. A restrição de assistência técnica causa impacto na baixa diversificação da produção que se encadeia na baixa diversificação da renda, e, portanto, dependência das transferências governamentais.

Mais amplamente, os resultados sinalizados pelos produtores rurais são semelhantes ao que a maioria dos economistas preconiza, que o desenvolvimento só é sustentável com a superação da baixa produtividade da terra e do trabalho, e pela proteção ao meio ambiente.

Nas informações relativas à água, observou-se a precariedade de acesso na maioria dos domicílios pesquisados. Ao serem questionados sobre a escassez de água foi respondido que havia um descaso das autoridades, e isso ocorria por questões políticas.

Uma alternativa para minimizar a escassez de água nos domicílios rurais seria a utilização de cisternas de placas. Tomados os devidos cuidados com a construção e limpezas, é uma solução para o atendimento das necessidades mais essenciais da população rural.

### 4.3 Efeitos do desenvolvimento rural

De acordo com a Tabela 3, o indicador com maior efeito no desenvolvimento do Território Rural Planície Litorânea foi a permanência da família na unidade de produção. Observa-se um valor relativamente alto tanto nos domicílios com produção quanto nos domicílios sem produção quando comparados com os valores das outras variáveis.

A permanência das famílias no meio rural é decorrente das boas condições de moradia, titulação das propriedades e, principalmente, dos programas de transferências

de renda do governo.

Sandi e Heringer (2001) destacam que o pagamento de benefícios dinamiza as economias do meio rural, notadamente o comércio, fixando o homem do campo e diminuindo a pressão sobre as zonas urbanas. Contudo, a demanda agregada gerada pelas transferências de renda nas economias com baixa capacidade produtiva tem pequeno efeito multiplicador, incapaz de gerar um impulso autônomo que sustente um processo de desenvolvimento sustentável.

Indicador	Contribuição	
	Domicílios com Produção	Domicílios sem produção
Permanência da família na unidade de produção	20,6	20,8
Participação política	14,6	11,9
Percepção sobre situação econômica da família	14,0	14,9
Percepção sobre situação ambiental unidade produtiva	13,4	14,9
Estar bem alimentado	12,5	14,4
Ter boa saúde	12,4	13,4
Participação social	9,9	6,2
Participação cultural	2,6	3,5

Tabela 3 – Efeitos do desenvolvimento: contribuição (%) de cada indicador para o Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

De acordo com Sen (2000), o Estado e a sociedade têm amplos papéis no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas, e não de entrega sob encomenda de natureza paternalista. Então, deve-se aproveitar a permanência na unidade de produção para promover melhorias na assistência técnica, escolaridade e atuação das instituições, os quais fazem parte de um fenômeno amplo de transformação econômica e social.

Nesta ordem de ideias não é possível obscurecer a pouca atenção dispensada pelas famílias rurais sem produção à participação política, social e cultural (Figura 4). Através dessa limitação, fica explicitada a conformação aos esquemas dominadores, assunto que constitui tema histórico alienante de controle da população de uma maneira geral, e em especial, da população rural. Distingue-se aqui, uma correlação positiva entre os domicílios com produção e a participação política de seus integrantes.

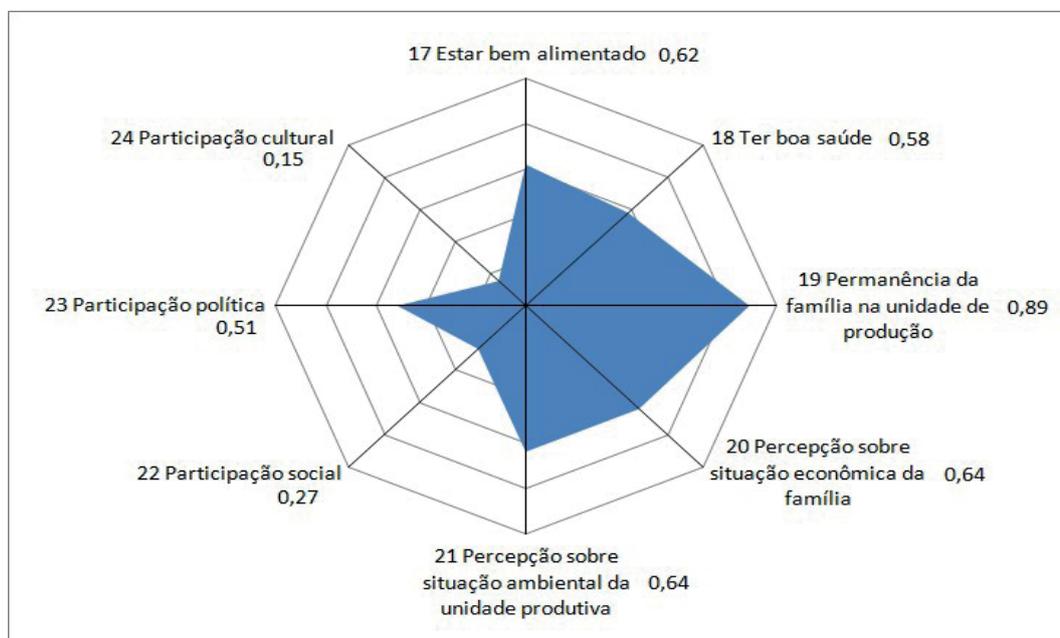


Figura 4: Efeitos do desenvolvimento no Território Rural Planície Litorânea no Estado do Piauí.

Fonte: LIMA, 2014.

A percepção da situação econômica é que as famílias estão em melhores condições, saindo das situações consideradas de insegurança alimentar.

Uma manifestação percebida durante as entrevistas é o retorno à cidade de origem. As más condições de vida nas cidades, aliadas aos programas sociais do governo, contribuíram para estimular esse êxodo urbano incipiente.

#### 4.4 Índice de Condição de Vida – ICV

O ICV dos domicílios com produção e sem produção, enquadrados no nível médio de condição de vida, foram 0,49 e 0,53, respectivamente. Neste ponto deve-se sublinhar um importante problema: a partir da perspectiva dos entrevistados, as famílias das unidades sem produção apresentam melhores índices do que as unidades produtoras. Ou seja, poder-se-ia então concordar com a afirmação de que nos estabelecimentos sem produção existiriam melhores condições de vida do que nos estabelecimentos com produção? Ou então, que os programas governamentais adotados no Território Rural Planície Litorânea são políticas públicas que estimulam a ociosidade e licenciosidade?

Posto que é obviamente difícil considerar desenvolvimento onde prevalece ausência de produção, faz-se necessário aos agentes de governo começar a sentir que o logro de seus objetivos dependem da coordenação das atividades privadas em conjunto com as ações governamentais. Nenhum avanço é possível sem o apropriado equipamento destas duas facetas da engrenagem.

## 5 | CONCLUSÕES

Conclui-se que a análise das condições de vida dos produtores inseridos no Território Rural Planície Litorânea de acordo com a percepção dos indivíduos indicam resultados de nível Médio. Neste sentido é verídico dizer-se que as políticas públicas adotadas no território estão surtindo efeitos na melhoria econômica nos últimos anos. Todavia, a subsistência continua sendo a tônica produtiva. Ou seja, a pobreza diminuiu, mas a dependência aumentou. Finalmente, não se pode deixar de mencionar que os incentivos na forma de transferências de renda são importantes e úteis, dado que houve aumento da renda, porém não são suficientes. Sem o espírito de serviço e o apreço do valor ao trabalho, as iniciativas financeiras não serão o bastante.

Há necessidade de uma orientação para um novo processo educacional endógeno e emancipador. A participação ativa da população local é crucial para mudanças na estrutura social e na maneira de viver. É especialmente importante introduzir medidas específicas que provoquem respostas pessoais fortes, de modo tal que ocasionem as mudanças necessárias desde seu interior.

Os indicadores que devem orientar o desenvolvimento precisam tomar por base a erradicação do analfabetismo, a transformação dos estilos educativos como forma de criar valores próprios de uma sociedade rural em desenvolvimento, a diversificação da produção e da renda, o aumento da produtividade da terra e do trabalho, a melhoria dos serviços de apoio ao setor primário com destaque ao aumento da oferta de ações extensionistas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: IICA/Confrad/MDA/NEAD, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de gestão estratégica**: Índice de Condição de Vida. Brasília, 2011.

BRITO, A. V. C. **O Programa territórios da cidadania e o desenvolvimento rural sustentável**. 2012. 90f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

COSTA, R. C. M.; COSTA, A. R. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal Baixo Acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Universidade Estadual Vale do Acaraú, ano V, n. 2, 2011.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine Publishing, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações Estatísticas**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=23&search=ceara>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

LEITE, P. S. **Desenvolvimento agrícola, industrialização e pobreza rural no nordeste**: resgatando a história. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011.

MAIA, A. G. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n. 20, p. 461-490, 2010.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RÉ, M. F. D.; SCHNEIDER, S.; RAMBO, A. G. O Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) como suportes para a compreensão das representações sociais dos atores do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. In: 5º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2012. **Anais...** Belém. Disponível em: <<http://rederural5.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SANDI, R. D.; HERINGER, L. P. – A Previdência social nos municípios do Semiárido Brasileiro. **Informe da Previdência Social**. Brasília: MPAS, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEENHOVEN, R. Subjective Measures of Well-being. **Working Paper Series**. World Institute for Development Economic Research: UNU-WIDER Research Paper, 2004.

WAQUIL, P. D. *et al.* Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n.1. p. 104-127, 2012.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Leonardo Tullio** - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: [leonardo.tullio@outlook.com](mailto:leonardo.tullio@outlook.com)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-132-9

